

Controladoria Geral do Munícipio

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PARECER N° 2111011-CGM

Solicitante: Departamento de Licitação

Expediente: Processo Licitatório nº ARP037/2021

Modalidade: Carona

Situação: Contratado

Presidente da CPL: Harlenilson Matos da Silva

Ordenador de Despesas: Raphael Antônio de Lima e Souza

Valor do Contrato: R\$ 155.550,00

Empresa Vencedora: Q. A. DOS SANTOS LINHARES & CIA LTDA EPP

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Carona, para fins de adesão a Ata de Registro de Preço nº 20210292, oriundo do Pregão Eletrônico nº 042/2021-SRP, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VASILHAME COMPLETO E CARGA DE GÁS GLP 13KG E TROCA ÁGUA MINERAL 20LTS E VASILHAME COMPLETO DE ÁGUA MINERAL 20 LTS, PARA ATENDER A SECRETARIA EXECUTIVA DE MUNICIPAL DESEMSA.

A solicitação de adesão a Ata de Registro de Preço foi feita por meio do Ofício nº 646/2021-DLC/SEMTEPS, datado em 30 de setembro de 2021, pela Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social - SEMTEPS, com o objeto de AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE VASILHAME COMPLETO DE GÁS 13 KG, RECARGA DE GÁS 13 KG, VASILHAME COMPLETO DE ÁGUA MINERAL 20LTS E RECARGA DE ÁGUA MINERAL 20LTS.



Controladoria Geral do Munícipio

PARA ATENDER SEMTEPS, CRAS, CREAS, E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE (ABRIGOS). Em seguida, prosseguiram as fases subsequentes até a homologação da licitação pela Autoridade Competente.

Os autos foram encaminhados a Controladoria Geral do Município para manifestação acerca da legalidade do procedimento licitatório.

É o relatório.

DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

1. Formalização do Processo

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a fase de adesão à ata de registro de presencial é fundamentada conforme **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**.

- Solicitação de autorização para abertura de Processo Administrativo (fls. 02);
- II. Termo de Referência (fls. 03-06);
- III. Justificativa para contratação (fls. 07-08);
- IV. Planilha geral de itens (fls. 09);
- V. Planilhas com quantitativo por dotação (fls. 10-13);
- VI. Indicação dos Recursos Orçamentários (fls. 14-15);
- VII. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (fls. 16);
- VIII. Cotação de preços do mercado (fls. 17-19);
- IX. Pedido de autorização para adesão, ao fornecedor da ata de registro de preços (fls. 20-21);



Controladoria Geral do Munícipio

- X. Aceite do fornecedor para adesão a ata de registro de preços (fls. 22);
- XI. Pedido de autorização para adesão, ao órgão gerenciador da ata de registro de preços e anexo (fls. 23-24);
- XII. Autorização do órgão gerenciador da ata para realização de adesão (fls. 25);
- XIII. Cópia do Pregão Eletrônico nº 042/2021/SRP (fls. 26-173);
- XIV. Despacho com autorização do Chefe do Poder Executivo (fls. 174);
- XV. Ato de designação da CPL-Comissão Permanente de Licitação (fls. 175);
- XVI. Documentação atualizada da empresa (fls. 176-197);
- XVII. Solicitação de análise e Parecer Jurídico à Procuradoria Geral do Município (fls. 198);
- XVIII. Parecer Jurídico (fls. 199-201);
 - XIX. Certidões fiscais atualizadas (fls. 202-208);
 - XX. Termo de homologação e adjudicação (fls. 209);
 - XXI. Ato de designação do fiscal de contrato (fls. 210);
- XXII. Contrato nº 20210369 (fls. 211-215);
- XXIII. Comprovante de publicação de extrato de contrato no:
 - Diário oficial da União (fls. 216)
- XXIV. Solicitação de análise e Parecer Técnico à Controladoria Geral do Município (fls. 217).

2. ANÁLISE

2.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser autuados, protocolados, rubricados com a indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores



Controladoria Geral do Munícipio

responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias.

2.2. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Compromisso

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Compromisso e Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

3. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público.

3.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.



Controladoria Geral do Munícipio

3.2. Fiscal de contrato

Foi encontrado nos autos o ato de designação do servidor **Alyson Alves Carvalho** para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato alvitre final deste processo.

4. PROVIDÊNCIA

 Deverá o responsável fazer a juntada da Justificativa de Vantajosidade para a Adesão da Ata de Registro de Preço.

5. RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que seja observado o art. 42, caput, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.
- Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.

CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno.

Face a todo o exposto, concluímos:

Que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.

É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.



Controladoria Geral do Munícipio

MANIFESTA-SE, portanto:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

Retorne os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

São Félix do Xingu, 18 de novembro de 2021.

nto S

Camila Rodrigues Barros
Controladora Geral
do Município - CGM
Decreto nº 017/2021